MANIFESTO PIBID

(Artes Visuais/Filosofia/História/Letras - UFG)

contra

projeto PÁTRIA EDUCADORA

pela

GREVE DOS PROFESSORES, TÉCNICOS E ESTUDANTES

Tamanha é a crença na Educação

que afinal esta crença se perde em "orações"

sem forma, sem força, sem deus.

Mas é sempre tempo de lembrar

que a Educação brasileira existe nos fatos:

1) Segundo INEP, o interesse pelas licenciaturas cresce pouco

Percentualmente, os cursos tecnológicos registraram o maior crescimento entre 2009 e 2012, com uma média anual de 11,6%. Quanto às matrículas em cursos de licenciatura, houve, em média, um aumento de pouco mais de 4% ao ano. Destaca-se, ainda, o crescimento verificado de 2011 para 2012 dos cursos de bacharelado, com variação positiva de 4,6%. (Cf. http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/resumos-tecnicos)

2) e o número de futuros professores cai ano a ano,

Quanto ao grau acadêmico dos concluintes, observa-se que em 2012 os cursos de licenciatura apresentaram queda de 4,0% em relação ao ano anterior. Os cursos tecnológicos apresentaram crescimento de 16,2%, seguidos dos cursos de bacharelado, que tiveram crescimento de 10,3% nesse mesmo período. (Cf. http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/resumos-tecnicos)

3) porque a carreira de professor não vale a pena.

Em entrevista concedida ao jornal local *O popular* , o pró-reitor de graduação Luís Melo afirmou que "Tradicionalmente os cursos de Licenciatura são os que apresentam menor procuraò. O pró-reitor Luiz Mello afirma ainda que todo esse contexto se trata de reflexos da realidade da carreira de professor, que acaba sendo menos atrativa socialmente devido à falta de condições adequadas de trabalho, de salários dignos e de planos de carreira." (entrevista publicada em 07/04/2015. http://www.opopular.com.br/editorias/cidades/942-vagas-est%C3%A3o-ociosas-na-ufg-1.821575)

4) Assim, a Polícia Militar toma o espaço dos professores;

Uma professora de história do Colégio Militar de Porto Alegre conseguiu na Justiça Federal o direito de retomar suas funções na escola após ser afastada por discordar do uso em sala de aula de um livro didático pró-ditadura. Silvana Schuler Pineda, 50, se recusou a adotar em classe obras da "Coleção Marechal Trompowsky", em que são omitidas, diz ela, violações aos direitos humanos, assassinatos e tortura promovidas pelas Forças Armadas durante o regime militar (1964-1985).

[...]

À Justiça Federal o comando do Exército, por meio da Advocacia-Geral da União, afirmou que o ensino militar tem legislação própria e que possui a finalidade de "promover a educação afinada com tradições" da corporação e de despertar vocações para a carreira na área. (http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/07/1315106-professora-afastada-de-colegio-militar-por-discordar-de-livro-didatico-ganha-na-justica-direito-de-dar-aulas.shtml)

(http://www.istoe.com.br/reportagens/243465_A+FORMULA+DOS+COLEGIOS+MILITARES)

5) o projeto "Escola sem partido" ameaça a autonomia do professor pensador;

este projeto, de autoria do deputado Izalci (PSDB/DF), tem como objetivo "**coibir esse abuso intolerável da liberdade de ensinar, que se desenvolve no segredo das salas de aula, e tem como vítimas indivíduos vulneráveis em processo de formação**" (cf. texto completo em http://escolasempartido.org/component/content/article/2-uncategorised/482-uma-lei-contra-o-abuso-da-liberdade-de-ensinar)

6) as Organizações Sociais ameaçam a autonomia do professor trabalhador.

Segundo a especialista **Ligia Bahia,** *Professora do Instituto de Estudos de Saúde Coletiva (Iesc)*, para ser OS tem que ser uma organização não lucrativa, então, o estado é o responsável por isso. Na realidade, o que se faz é dar um passo atrás, que é terceirizar para uma determinada entidade gerir em troca do pagamento de uma taxa de administração. A diferença desse tipo de gestão pública para o modelo público estatal, da administração direta tradicional, é que, no segundo, os trabalhadores estão protegidos pelo RJU, no primeiro, não. Na realidade, as organizações sociais não têm nenhuma obrigação de contratar por nenhuma das formas que a legislação propõe; nem pela CLT, nem pela RJU. Pode contratar da maneira que elas bem entenderem. Isso é

um problema, pois ela contorna toda a legislação trabalhista desde os anos 30, quando conseguimos conquistar esse direito, então, estamos diante de um retrocesso de mais de 70 anos. (http://www.olharvirtual.ufrj.br/2010/?id_edicao=296&codigo=4)

7) Sem o PIBID, o que já está ruim vai piorar. Vale lembrar a importância desse prograga:

1. O Pibid foi criado pela Capes em 2007 para incentivar e valorizar o magistério e aprimorar o processo de formação de docentes para a educação básica. Com a institucionalização do programa e sua inserção no texto da LDB, o programa está consolidado e compõe, hoje, a agenda das políticas educacionais no Brasil. De acordo com os documentos oficiais, o programa é apresentado como ñuma política de Estadoò voltada para a formação de professores. O Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014-2024 reafirma a responsabilidade da União com a continuidade das ações do Pibid e salienta seu caráter estratégico e estruturante.
2. A institucionalização do programa é, sem dúvida, um marco na história das licenciaturas no Brasil precisamente porque cria, de fato, uma articulação entre instituições de ensino superior e escolas de educação básica com o duplo propósito de ofertar uma boa formação aos estudantes que optaram pelo magistério e elevar a qualidade do ensino na rede pública.

8) Por isso, nós bolsistas Pibid, alunos e profesores, propomos:

1. Defender a continuidade das ações do Pibid. Respondemos com energia a consequência da desvalorização e do desestímulo ao exercício da carreira docente, medida pelo número de vagas dos cursos de licenciatura das instituições de ensino superior que têm ficado sistematicamente ociosas, resultado da baixa procura de candidatos egressos do Ensino Médio dispostos a seguirem a profissão docente, sem falar nos estudantes que abandonam seus cursos ao longo dos primeiros anos de formação, ou deixam de exercer a profissão, quando formados.

2. Exigimos coerência entre o discurso e a atuação política. Nesse sentido, reivindicamos fortemente que a Capes cumpra o seu compromisso com as IES, escolas parceiras e bolsistas integrantes do programa garantindo as bolsas concedidas e cumprindo a promessa de ampliá-las a todos os estudantes que optarem pela licenciatura. Reivindicamos, ainda, o repasse da 2ª parcela da verba de custeio de 2014 e a continuidade do repasse dessa verba, sem a qual o Pibid não terá condições de continuar cumprindo o objetivo para o qual foi criado: formar professores e elevar a qualidade do ensino público.

3. Esclarecer que como bolsistas do Pibid somos estudiosos que seguimos buscando a esforço do esclarecimento e, portanto, não aceitamos chantagens nem ameaças. Somos bolsistas sim. Porém não nos submetemos à suposta proibição de greve por sermos bolsistas. Não nos vendemos por sermos bolsistas. Trabalhamos em projetos

avaliados e aprovados. Se o programa Pibid sofre cortes e, com isso, nossos projetos ficam em risco, nós interrompemos sim nossas atividades. Primeiro porque não temos financiamentos para dar continuidade a elas. Segundo, porque não aceitamos o papel missionário com que, historicamente, tentam nos impor. Como profissionais na formação de profissionais da educação, seguimos precisando de investimentos da ñPátriaò que se diz ñEducadoraò. Portanto, estamos aguerridamente participando da greve dos professores, realizando semanalmente atividades de greve nos espaços da universidade e das escolas parceiras.